



Em busca do “desarmamento de espíritos”: consenso e pacificação durante a transição política brasileira

Lucas Alves da Silva¹

Resumo: O objetivo da presente investigação é analisar narrativas e posicionamentos de figuras políticas em torno das discussões a respeito da busca por pacificação e consenso durante determinado período de transição democrática no Brasil. Para pensar em tais questões, analisaremos as publicações dos jornais *Diário do Paraná* e *Folha de Londrina*, ambos paranaenses. O primeiro editado na cidade de Curitiba e o segundo em Londrina. As edições analisadas foram publicadas entre 1982 e 1985. O foco da discussão aqui proposta é o período pós-eleições de 1982, ocasião em que o partido de apoio ao governo mostrou-se um tanto fragilizado, em razão de expressivas derrotas eleitorais em diversos estados, em uma demonstração de insatisfação da população com o cenário político, econômico e social, bem como de força da oposição. Ancorados na ideia de reconciliação, o governo militar buscou se aproximar de grupos de oposição, em especial dos políticos considerados “moderados”, tendo em vista a garantia do controle da transição e do processo de sucessão presidencial, assim como a tentativa de barrar qualquer movimento que pudesse ser entendido como revanchista, e buscasse responsabilizar os militares pelos crimes cometidos contra os Direitos Humanos. Os discursos e ações voltados para a “pacificação” visavam a garantia de uma sucessão presidencial que elesse um opositor que não oferecesse risco às posições de poder consolidadas pelos líderes da ditadura e às elites que os apoiavam.

Palavras-chave: Reconciliação; Pacificação; Consenso; Eleições diretas.

Introdução

Em meio ao processo de abertura política, já com o fim da vigência do Ato Institucional Número 5 (AI-5), tivemos um movimento que buscou amenizar os discursos sobre o papel dos militares durante a ditadura instalada em 1964 e que ainda se encontrava em andamento. Desde o início do governo do general Ernesto Geisel, em 1974, observamos articulações que consideramos como parte do processo de transição (LEMOS, 2018). Tal período foi marcado, primeiramente, pelas medidas de descompressão, e configurou-se como um momento de planejamento, de cálculo dos riscos e de ajustes para que o passo seguinte pudesse ser dado rumo a uma democracia relativa e pensada a partir das cúpulas políticas que já se encontravam no poder, bem como para sua rede de apoiadores. Conforme programado durante os anos de distensão, tivemos na sequência o processo de abertura política, momento da nossa história que aqui analisamos em parte (1982-1985), a qual teve início em 1979, com

¹Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC).

o governo do general João Batista Figueiredo, e findou-se com a transferência do poder executivo federal a um civil, em 1985 – tais balizas temporais, contudo, podem variar conforme a interpretação histórica (LEMOS, 2018; REIS, 2014, 2018).

Tendo em conta tal momento e processo que se encontrava em curso, objetivamos na presente investigação analisar narrativas e posicionamentos de figuras políticas em torno das discussões a respeito da busca por pacificação e consenso durante os anos de 1982 e 1985. Para tanto, fizemos a análise de edições de dois jornais paranaenses: *Folha de Londrina* e *Diário do Paraná*. O primeiro fundado em 1947, em circulação até os dias atuais, e editado na cidade de Londrina, com maior penetração no interior do estado. O segundo fundado em 1945, com circulação até janeiro de 1983, editado em Curitiba, com maior recepção na capital e região metropolitana². Por se tratar de dois jornais paranaenses, ganha destaque no trabalho as falas dos políticos do estado, em razão do maior espaço que os mesmos recebiam nos periódicos em questão.

Ao escolher e trabalhar com um jornal como fonte histórica, cabem algumas considerações de caráter teórico-metodológico. É preciso, primeiramente, “pensá-lo a partir de suas parcialidades, a começar pela observação do grupo que o edita, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos” (SILVA; FRANCO, 2010, p. 5). Neste jogo mercadológico no qual a imprensa atua, “é ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente” (GREGOLIN, 2007, p. 16). Assim, é tarefa do historiador entender as páginas dos jornais como espaços de disputa que implicam também em silenciamentos e interpretações parciais dos fatos.

O período delineado para a pesquisa em tela foi um momento de importantes mudanças políticas no Brasil, e que marcou uma maior credibilidade da oposição, já então consolidada em torno do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em contraposição ao partido de apoio à ditadura militar, o Partido Democrático Social (PDS). Nas eleições de 1982, onde foram escolhidos governadores, senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores em quase todo o país, visto que nas cidades consideradas áreas de segurança nacional, nas estâncias hidrominerais e nas capitais estaduais, os chefes do executivo ainda foram indicados indiretamente, o PMDB recebeu ampla votação e se mostrou

² O *Diário do Paraná* circulou em duas fases distintas: entre 1945-1947 e entre 1955-1983.



mais forte que o PDS. Tais resultados revelaram certa insatisfação e um desejo de mudança na população, que esperava ser governada por novos líderes escolhidos por vias eleitorais – a péssima conjuntura econômica, que afetava principalmente as camadas mais pobres da sociedade, foi um dos pontos mais explorados durante a corrida eleitoral de 1982. 10 estados do país elegeram governadores considerados de oposição ao regime, contra outros 12 do PDS. Contudo, os estados sob comando do PMDB (nove) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT) (um) apresentavam um potencial de produção e concentração do Produto Interno Bruto (PIB) do país superior aos comandados pelos pedessistas, fator que também pode ter influenciado nos acordos e disputas com o governo federal nos anos seguintes, dando maior legitimidade às demandas e posicionamentos dos políticos de oposição.

Por parte tanto dos antigos membros da posição, de parte da mídia e mesmo de membros de partidos contrários ao regime, havia o temor de que os militares pudessem alterar seus objetivos, caso os ânimos se exaltassem, caso o ego militar fosse abalado, ou se sentissem que uma “ameaça comunista” estivesse rondando o país, tal como alegaram em 1964. O que se viu a partir de então foi uma intensa negociação entre governo militar e oposição. Ancorados na ideia de reconciliação, o governo militar buscou se aproximar de grupos de oposição, em especial dos políticos considerados “moderados”, tendo em vista a garantia do controle da transição e do processo de sucessão presidencial, assim como a tentativa de barrar qualquer movimento que pudesse ser entendido como revanchista, e buscasse responsabilizar os militares pelos crimes cometidos contra os Direitos Humanos, principalmente em relação aos casos de tortura, mortes e desaparecimento, que embora tivessem sido anistiados por meio da Lei de Anistia de 1979, eram, e ainda são, uma pauta de luta por parte das vítimas da ditadura.

Tal noção de reconciliação, contudo, se aproxima do que o historiador Ricard Vinyes (2015) denomina de “Ideologia da conciliação”. Tal ideologia,

longe de assentar-se na realidade, pretende criá-la, ou, no máximo, evitá-la. É um instrumento de assimilação, sua vocação é devorar qualquer elemento antagônico e expandir as certezas absolutas que se sustenta por meio de ritos e símbolos que, mais que uma história (uma verdade provisória), comemoram uma memória tranquilizadora (VINYES, 2015, p. 227).

Para o autor, a “ideologia da reconciliação”, longe de ser um projeto político de reconciliação, que seria o ideal a ser buscado, tenta camuflar as tentativas de silenciar determinados acontecimentos e forjar a construção de uma “memória oficial”, tendo em vista a acomodação de grupos ligados ao poder, monopolizando o direito de escolha do que deve



ou não ser lembrado e substituindo a memória pública. Em suas reflexões sobre a permanência de memórias traumáticas por meio da literatura e na ineficácia do Estado em barrar a presença de tais lembranças, a pesquisadora Beatriz Sarlo (2005) refere-se a tal processo como uma “reconciliação amnésica”. Em tal conjuntura, esquecimento, silenciamento e equiparação são termos instrumentalizados para a criação de uma “boa memória”, que complementa o esquecimento jurídico promovido pela anistia, a “impunidade equitativa”.

Para Caroline Bauer, o processo de transição, baseado no ideal de reconciliação, “[...] teve como consequência o estabelecimento da desinformação e do silêncio” (2014, p. 124), fatores utilizados como mecanismos para garantir que os militares e as elites alinhadas ao poder permanecessem na dianteira deste processo. O caso da abertura e democratização brasileira é marcado, utilizando das palavras de Jeanne Marie Gagnebin (2010), por uma “reconciliação extorquida”, onde a noção de reconciliação foi utilizada como parte de um discurso legitimador, que se deu por meio do processo de anistia, e teve como objetivo afastar a efetividade da justiça no momento da transição. Para praticar tal “extorsão”, o medo foi um forte capital para barganhas políticas, o qual se manifestava tanto pelo temor do retorno, ou manutenção, da prática da violência como instrumento de Estado, quanto pelo receio em relação aos contornos imprevisíveis que a democracia poderia ganhar (BAUER, 2014). A anistia concedida em 1979 (Lei nº 6.683, de 22 de agosto de 1979), vale lembrar, perdoou os agentes do Estado que cometeram crimes contra os Direitos Humanos, mas não aqueles que atuaram na resistência, na luta contra a ditadura, e cometeram os considerados “crimes de sangue”, que compreendiam sequestros e atos considerados terrorismo, assaltos e atentados pessoais.

Com base nas discussões anteriores, buscamos aqui compreender melhor a dinâmica da abertura política que deu origem à Nova República e como o resultado eleitoral de 1982, bem como os discursos das figuras envolvidas no processo de transição, repercutiram no meio político e podem ter contribuído para a formação de determinadas formas de pensar a política brasileira naquele momento de mudanças.

Após anos sem diálogo, um pedido de trégua



Logo que terminaram as apurações dos votos nas eleições de 1982, houve um misto de euforia e dúvida sobre qual seria o posicionamento principalmente dos governadores e das bancadas do PMDB no Congresso e nas Assembleias Legislativas estaduais, tendo em vista o aumento numérico e prestígio que as urnas lhes proporcionaram. Mostrando certa preocupação com o assunto, o *Diário do Paraná*, logo após a confirmação dos resultados das urnas, fez um balanço prévio do posicionamento dos governadores eleitos pelo PMDB. O jornal destacou que a convivência política entre os executivos estaduais e o executivo federal seria pacífica e na base da colaboração, visto que “nenhum deles mostrou que tem tendências para o revanchismo, que não há nenhuma disposição para o isolamento” (DIÁRIO DO PARANÁ, 23 nov. 1982, p. 2). Este aspecto era então considerado positivo por demonstrar que tanto opositoristas quanto situacionistas compreendiam os propósitos da abertura política, mais especificamente do projeto conservador de abertura ditado pelos militares e seus apoiadores.

Destacamos que o uso do termo “revanchismo”, condenado em diversas falas aqui analisadas, refere-se à busca por justiça e reparação por parte das vítimas do autoritarismo. O termo, contudo, foi utilizado para desqualificar a luta dos grupos de oposição e descredibilizar narrativas que defendiam a devida punição aos perpetradores da violência que atuavam por meio dos órgãos do Estado. Os considerados “revanchistas” eram por vezes tachados de vingativos e agarrados a um passado que não deveria ser resgatado, tendo em vista que, com base na ideia de “ideologia da reconciliação”, mereciam ser silenciados em prol de um futuro, que se dizia, de “progresso” e “desenvolvimento”.

Em 1982, em seu discurso de final de ano, o presidente general João Figueiredo, destacou:

Nada pior, nesses instantes de luta contra a adversidade, do que a quebra de confiança no futuro ou a expansão do ceticismo na capacidade, pública e privada, para restabelecer a prosperidade. Nada mais oportuno, por isso mesmo, do que uma profissão de otimismo por parte dos brasileiros, no futuro do país, nas condições que este possui para continuar a crescer. Uma profissão de fé em que não há lugar para a visão sombria ou catastrófica de que a civilização ocidental está à beira do colapso. Uma profissão de fé, portanto, de que nos achamos perante simples acidente da história, que não perturbará a marcha no sentido do progresso e da paz social (DIÁRIO DO PARANÁ, 31 dez. 1982, p. 2).

Destacamos neste pequeno trecho do discurso presidencial, o reconhecimento feito em relação à descrença no futuro e, de modo implícito, um pedido de confiança e colaboração da



população e dos políticos civis, para tentar recuperar o crescimento observado nos anos de “milagre econômico”³, que se mostrava um tanto distante naquele momento. O foco, neste caso, seria no futuro, o qual era regado de promessas, numa tentativa de se afastar, ao menos discursivamente, dos problemas financeiros que assolavam o país e prejudicavam a imagem do regime militar.

Seguindo esta linha argumentativa, em 1 de março de 1983, o presidente Figueiredo fez um pedido de trégua ao Congresso Nacional, em um pronunciamento transmitido via rádio e televisão para todo o país, onde salientou que seria preciso o estabelecimento de uma trégua política para superar mais facilmente, “em clima de cooperação e entendimento” os graves problemas que o país enfrentava, e ressaltou que “na base do aperfeiçoamento democrático estará o espírito de concórdia, a tendência para a negociação e a redutibilidade dos antagonismos” (FOLHA DE LONDRINA, 2 mar. 1983, p. 1). Na fala do presidente vemos operar um discurso de “pacificação”, ou de “mãos estendidas”, como o mesmo costumava dizer, mas que, na prática, implicava num pedido para que a oposição não realizasse críticas contundentes, que cooperasse com o projeto de país arquitetado pelos militares e seus apoiadores, mesmo que isso não atendesse às necessidades de boa parte da população ou que se mostrassem equivocados.

Além disso, o então presidente afirmou ainda que o novo quadro político, em decorrência das eleições de novembro de 1982,

avultarão novos estilos de ação, advindos do aperfeiçoamento da democracia, da vocação que a impele a ser fiel à sua ideia de servir a paz e a harmonia sociais. [...] Chegamos a um novo estágio em que a abertura democrática não poderia consistir só em atos unilaterais. O funcionamento da democracia, neste período decisivo de nossa história, reclama espírito de transigência e vontade comum de encontrar fórmulas que conciliem a continuidade com a mudança (FOLHA DE LONDRINA, 2 mar. 1983, p. 1).

Naquele momento, reduzidos os mecanismos de controle, especialmente após o fim do AI-5, o governo militar se colocou em posição para negociar, dentro dos seus parâmetros, o que implicou em uma nova gramática, tendo em vista o próprio pedido de trégua e o desgaste que os problemas econômicos e o resultado eleitoral lhes impuseram. Desta forma, Figueiredo destacou que a “o processo de modernização democrática demanda maior agilização nos

³ O período do chamado “milagre econômico” compreende os anos de 1968 a 1973, e ficaram marcados por consideráveis índices de crescimento do PIB, incentivo e crescimento do setor industrial e queda na inflação. Tal momento também resultou em um aumento da concentração de renda, arrocho salarial e redução da capacidade de articulação dos trabalhadores (MOTTA, 2021).



períodos de crise, nas épocas em que a solução dos problemas sociais e políticos exija o trabalho solidário e comum, que é fruto do consenso”(FOLHA DE LONDRINA, 2 mar. 1983, p. 3). Ademais, podemos notar que a exigência de um trabalho coletivo, neste momento, pode ser também uma tentativa de responsabilizar outras figuras pela situação que atravessava o país, dividindo a culpa e as tarefas futuras, visto que, nos períodos de crescimento econômico e expectativas positivas, o protagonismo do governo era destacado.

Seguindo em sua linha argumentativa, o presidente renovou o pedido de trégua dias depois, e afirmou:

Trégua é procura de conciliação e desarmamento de espíritos. De boa vontade e de boa fé, é possível chegar à união dos espíritos e à unidade da ação. [...] A esmagadora maioria da nação deseja, não o confronto e o revanchismo, mas o entendimento e a conciliação entre os brasileiros. [...] Dentro das diretrizes já traçadas, conclamo todas as forças democráticas para um esforço conjunto, a fim de superar as posições irredutíveis, evitar o retorno a querelas estéreis e radicalismos divisionistas (FOLHA DE LONDRINA, 15 mar. 1983, p. 3).

Mesmo clamando abertamente pelo “desarmamento de espíritos”, não se observa nos discursos conciliatórios a questão da justiça em relação às vítimas da ditadura, muito menos o reconhecimento da fase de violência institucionalizada pela qual o país passou e que deixou feridas abertas. Os traumas passados não são considerados para que o avanço do consenso seja realizado. Aos opositores, mais uma vez, é atribuída a culpa por posições radicais que, para o governo, seriam causas de entrave, sem considerar a própria contestação ao regime e propostas de uma sociedade alternativa como práticas inerentes à democracia.

Em reação à proposta de trégua do presidente, José Richa, ex-senador eleito governador do Paraná pelo PMDB em 1982, qualificou de “utópica” a tese de conciliação defendida pelo presidente Figueiredo, alegando que, “por ser vaga e indefinida, não seria aceita nem em tempo de guerra” (FOLHA DE LONDRINA, 10 mar. 1983, p. 3). Destacamos que a vitória do PMDB no Paraná foi expressiva, conseguindo eleger maioria da bancada da Assembleia Legislativa estadual e no Congresso, além de Álvaro Dias para o senado, quando derrotou Ney Braga, nome forte da ditadura no estado – Braga foi Ministro Agricultura no governo de Castelo Branco, entre 1965 e 1966, e da Educação no governo Geisel, entre 1974 e 1978, além de governador indicado em 1979, onde permaneceu até 1982. Para Richa, o que garantiria uma “verdadeira conciliação nacional” seriam as eleições diretas para presidente, convocação de uma assembleia constituinte e uma legislação que assegurasse a participação popular nas decisões políticas. Ou seja, o pedido de paz que partiu do presidente não se



sustentava, visto que estava assentado nos mesmos projetos governamentais que não atendiam ao anseio da oposição e de boa parte da sociedade.

Já o então senador Álvaro Dias, presidente do PMDB paranaense no período, afirmou:

não sou adepto do revanchismo, da vingança. Acho que o país deve ser conduzido com amor, não com ódio.[...] Acho que o cidadão que se julgar vítima de atos de violência, de desrespeito aos direitos humanos, devem acionar os responsáveis com base na lei. Nós, os políticos, devemos agir de forma que a lei seja cumprida, oferecendo resguardo a estes que se julgam atingidos pela violência nos momentos de arbítrio (FOLHA DE LONDRINA, 10 abr. 1983, p. 3).

Assim como Álvaro Dias, o deputado estadual paranaense Márcio Almeida (PMDB) expressou, em um texto publicado com o título “Revanchista é a mãe”, já próximo à eleição de Tancredo Neves:

O povo não quer revanche. Quer caminhos abertos para extravasar sua vontade e propostas de mudança. Nós não queremos vingança. Queremos somente manter acesa a esperança da justa punição aos responsáveis pela pesada herança de corrupção, entreguismo e violação aos direitos humanos (FOLHA DE LONDRINA, 9 jan. 1985, p. 2).

Em ambos os casos, temos uma tentativa de se desvencilhar da pecha de revanchista, visto que o termo passou a ser pejorativo. Como se nota, para além da tentativa de responsabilização dos que cometeram crimes contra os Direitos Humanos, a luta por direitos sociais, a busca por uma nova política econômica, por democracia, também foi, por vezes, tratada e entendida como revanchismo, numa busca, mais uma vez, por desqualificar as lutas da oposição. No caso da fala de Álvaro Dias, temos uma postura que não visa, necessariamente, promover a justiça, e conseqüentemente não objetiva a devida punição, aderindo, mesmo que subjetivamente, ao projeto conciliatório, sabendo que as leis vigentes já haviam apontado para a impunidade e descaso para com os que buscavam algum tipo de reparação.

O deputado federal por São Paulo, Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, afirmou sobre a transição brasileira, em comparação com a Argentina, que nosso processo era diferente, e que “a única coisa que nós não perdoamos é a corrupção”, e que este era um compromisso que seu partido assumia com o povo brasileiro (FOLHA DE LONDRINA, 13 jan. 1984, p. 3). Na Argentina, tivemos, ao fim da ditadura, com a chegada do civil Raul Alfonsín à presidência, um forte movimento que exigia a punição de militares e resultou na condenação de nomes do alto escalão das Forças Armadas do país, fato que gerou certo receio entre os militares brasileiros, que temiam o mesmo. Ao ressaltar que a única coisa

imperdoável seria a corrupção, Ulysses explicitou que seu partido, a principal sigla da oposição, não colocaria os militares no banco dos réus.

Em meio à campanha para as eleições presidenciais, ocorridas no início de 1985, o presidente João Figueiredo declarou:

a eleição de Tancredo Neves ensejará a deflagração de um processo revanchista jamais visto na história de nosso país, pois o candidato da Aliança Democrática não terá pulso nem condições de refrear a explosão revanchista dos grupos comprometidos com as esquerdas e de ideologias alienígenas que acompanham (FOLHA DE LONDRINA, 18 set. 1984, p. 1).

Após a nova fala do presidente, houve certa repercussão entre políticos paranaenses, e o deputado estadual paranaense Márcio Almeida (PMDB) destacou que o discurso anti-revanchista seria uma tentativa de enfraquecer a candidatura de Tancredo e Sarney (FOLHA DE LONDRINA, 19 set. 1984, p. 3). A fala do presidente buscava enfraquecer o candidato da Aliança Democrática, que uniu o PMDB e o Partido da Frente Liberal (PFL) – este último partido aglutinou alguns pedessistas dissidentes, antigos nomes comprometidos havia muito tempo com a ditadura e compuseram a antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA), como José Sarney, candidato a vice de Tancredo que acabou assumindo o cargo após a morte do candidato mineiro, e Aureliano Chaves, que era vice-presidente, junto de Figueiredo, além de diversos outros, como Ney Braga, no Paraná, que tornou-se presidente da Usina Hidrelétrica de Itaipu. A Aliança Democrática pode ser entendida como uma expressão do grande pacto realizado durante a transição, a qual permitiu que um civil conciliador e moderado fosse eleito, de modo que seu governo abrigasse antigas figuras que contribuíram com a construção da estrutura ditatorial e permaneceram na política após o fim do regime.

Para o deputado estadual Roberto Requião (PMDB-PR), ao comentar sobre o discurso de Figueiredo: “o medo do presidente é o revanchismo, mas a proposta da Nação é a retomada do desenvolvimento, da moralidade pública e da participação na condução de seus destinos” (FOLHA DE LONDRINA, 19 set. 1984, p. 3). Ele continua afirmando que a justiça teria que se pronunciar a respeito dos casos de corrupção, garantindo que “a justiça não é violenta, não arreventa. Processa e julga, e julgamento não é, na verdade revanche” (FOLHA DE LONDRINA, 19 set. 1984, p. 3). As movimentações populares, segundo Requião, colocariam os privilégios militares e das elites que os acompanhavam em risco, gerando incômodo e fazendo com que os que estavam no comando da nação agissem para barrar projetos de sociedade distintos. Neste cenário, Figueiredo, mais uma vez, teria apelado para o discurso ligando as oposições ao que denominavam revanchismo, e tentou trazer a ameaça comunista,

ao referir-se às “ideologias alienígenas”, como um elemento que justificaria a permanência dos mesmos grupos no poder e para desacreditar seus opositores.

Considerações finais

Ao pensar o período de transição política que deu origem à Nova República, é evidente como os discursos e ações voltadas para a ideia de “pacificação”, visavam a garantia de uma sucessão presidencial que elegeesse um opositorista que não oferecesse risco às posições de poder consolidadas pelos líderes da ditadura e às elites que os apoiavam. Nota-se, neste processo, uma mudança na gramática nos discursos dos ditadores brasileiros, conforme a conveniência que o momento exigia, sendo que, no período final da ditadura, há um apelo à ideia de consenso, trégua e negociação, um linguajar menos violento.

Os discursos com um tom mais brando estão atrelados à noção de reconciliação enquanto ideologia, e resultaram em silêncios em relação ao passado ditatorial, em especial sobre a violência perpetrada. Assim, temos a construção de uma memória restrita e limitada, que desconsidera os abusos, a violência, a corrupção e os privilégios de determinados grupos e desqualificou aqueles que buscavam por justiça, qualificando-os, negativamente, como revanchistas.

Vale lembrar que as discussões aqui realizadas estão longe de esgotar os debates sobre o assunto, e novas e mais aprofundadas investigações precisam ser realizadas para uma melhor compreensão deste período que marcou a formação do Brasil contemporâneo e os rumos que nossa democracia tomou.

Referências

BAUER, Caroline Silveira. Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da “argentinização” da transição política. **Diálogos**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 121-145, jan./abr. 2014.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba. 1982-1983.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina. 1982-1985.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 177-186.



GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.

LEMOS, Renato. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. A Constituição cidadã e os legados da ditadura. **Locus**, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 277-297, 2018.

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação**. São Paulo: Edusp, 2005.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 8, p. 1-11, jul./dez. 2010.

VINYES, Ricard. Sobre vítimas e vazios, ideologias e reconciliações, privatizações e impunidades. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBER, Denise (orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 224-244.